

'A conta chega e o servidor não pode pagar por isso'

► O ponto central do ajuste fiscal do governo é a previdência. O estado afirma que esse é o calcanhar de Aquiles das contas e que é "insustentável" bancar o atual sistema, visto que os royalties eram a principal fonte do Rioprevidência.

Mas ainda que admita que existam necessidades de ajustes até na área previdenciária, o especialista em Direito Público, Fábio

Zambitte, ressalta que o estado não pode alterar direitos previstos na Constituição.

"Taxar o inativo que ganha menos que o teto do INSS (R\$ 5.189,82) é inconstitucional. Esse dispositivo da Constituição (Art. 40, parágrafo 18) foi criado para assegurar a isonomia. Mesmo que o projeto passe na Alerj, será barrado na Justiça", diz.

Zambitte destaca que a discussão sobre previdência

e a crise fiscal não é nova no estado. "Só que o estado não se preocupou, porque vinha surfando nos royalties e muita gente ganhou dinheiro com isso. Vimos a especulação imobiliária nos últimos anos. Agora que o castelo de cartas cai, a conta chega e o servidor não pode pagar por isso", argumenta.

Presidente do Sindicato dos Médicos (SinMed-Rio), Jorge Darze ataca a taxa

de inativos e diz que não há transparência do governo. "Isso é confisco e a Constituição proíbe". "A crise não se deve aos royalties. Há razões não divulgadas para esclarecer por que o estado com 2º maior PIB do Brasil chegou a esse ponto. O quadro é muito grave e exige auditoria do Tribunal de Contas e do Ministério Público, o que já pedimos", diz Darze.